

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – ORIGENS DAS CIDADES E DO URBANISMO	21
1.1 Apresentação	21
1.2 Formas primitivas e antigas da relação homem-espço	22
1.3 A cidade na Grécia antiga	26
1.4 A cidade na Roma antiga.....	30
1.5 A cidade na Idade Média.....	33
1.6 A cidade clássica no Renascimento e no Barroco	36
1.7 A cidade industrial: contornos e modelos originários do planeamento urbano.....	39
1.8 As cidades moderna e pós-moderna	45
CAPÍTULO 2 – DIREITO URBANÍSTICO COMPARADO	51
2.1 Apresentação	51
2.2 Direito Urbanístico Europeu	56
2.3 Direito Urbanístico na Espanha.....	58
2.4 Direito Urbanístico na França	60
2.5 Direito Urbanístico Britânico	62
2.6 Direito Urbanístico na Alemanha.....	63
2.7 Direito Urbanístico nos Estados Unidos.....	66
CAPÍTULO 3 – DIREITO URBANÍSTICO EM PORTUGAL E NO BRASIL	69
3.1 Direito Urbanístico em Portugal.....	69
3.1.1 Breve histórico.....	69
3.1.2 Tipologia dos Planos Territoriais.....	73
3.2 Direito Urbanístico no Brasil	81
3.2.1 Breve histórico.....	81
3.2.2 Tipologia dos planos territoriais	85
Capítulo 4 – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E NORMAS URBANÍSTICAS	111
4.1 Apresentação	111

4.2	<i>A constituição do urbanismo</i> no ordenamento jurídico português	113
4.2.1	O Direito Urbanístico sob a ótica da Constituição portuguesa ..	115
4.3	<i>A constituição do urbanismo</i> no ordenamento jurídico brasileiro.....	147
4.3.1	O Direito Urbanístico sob a ótica da Constituição brasileira	147
CAPÍTULO 5 – FASES DE ELABORAÇÃO DAS NORMAS URBANÍSTICAS		197
5.1	Apresentação	197
5.2	Natureza jurídica dos planos urbanísticos	200
5.3	Teoria da Legislação e <i>praxis</i> legislativa em Portugal	202
5.3.1	A <i>tática</i> e a <i>metódica</i> legislativa	205
5.3.2	A <i>analítica</i> legislativa	226
5.3.3	A <i>técnica</i> legislativa.....	229
5.3.4	Regras inspiradoras da <i>mens legis</i> para a criação aprimorada dos planos urbanísticos	234
5.4	A atividade <i>legislativa</i> em sede de planificação urbanística no Brasil...	237
5.4.1	Diretrizes e etapas de elaboração dos planos diretores municipais	239
5.4.2	Regras inspiradoras da <i>mens legis</i> para a criação aprimorada dos planos urbanísticos	255
CAPÍTULO 6 – OS PARTICULARES E OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE INVALIDAÇÃO DAS NORMAS URBANÍSTICAS		257
6.1	Apresentação	257
6.2	Controle judicial das normas do plano diretor em Portugal – Meios processuais disponibilizados aos particulares.....	259
6.2.1	A reforma da justiça administrativa em Portugal.....	259
6.2.2	Impugnação de normas e declaração de ilegalidade por omissão no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.....	262
6.2.3	Contencioso administrativo em matéria de normas urbanísticas..	277
6.3	Controle judicial das normas do plano diretor no Brasil – Meios processuais disponibilizados aos particulares.....	292
6.3.1	Mandado de segurança individual.....	295
6.3.2	Ação popular	302
6.3.3	Mandado de injunção	307
6.3.4	Reclamação	309
CONCLUSÃO		315
REFERÊNCIAS		321
ÍNDICE ALFABÉTICO		329